

## **RELAÇÕES DE GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NA MARICULTURA CATARINENSE**

Luciana Martins Amorim<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo resgata os resultados de uma pesquisa empírica e exploratório-descritiva que teve como objetivo investigar as características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina e a expressão das relações de gênero no trabalho. A pesquisa concentrou seus esforços nas implicações da reestruturação produtiva sobre o trabalho da mulher, focando a sua atuação nos pressupostos da Economia Solidária. A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça. Trata-se de um estudo socialmente relevante, por ser pioneiro em estudar as relações de gênero em um setor cujo crescimento é expressivo em Santa Catarina – a maricultura – e por tentar contribuir para o processo reflexivo das mulheres envolvidas com a maricultura, no que diz respeito às suas condições de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Economia Solidária. Maricultura. Gênero.

### **1 INTRODUÇÃO**

Os estereótipos culturais consideram a mulher como objeto sexual passivo, mãe devotada e esposa obediente. Apesar de todas as conquistas no campo econômico e social, a mulher ainda é vista, de modo geral, como excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas; seus papéis são associados como esposas e mães a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens. Pode-se dizer, então, que de alguma forma, existe o domínio masculino, e embora em grau e expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos permanece fato universal na vida social. (ROSALDO,1979).

Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial, segundo Bruschini (1985) é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres indispensáveis para

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Blumenauense de Ensino Superior (IBES), integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (NINEIT – UFSC). luciana@devway.com.br / amorim@unibes.edu.br

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

a casa e a família, e de outro, a ocupar, principalmente, posições subalternas na hierarquia produtiva.

No século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria, observa-se uma intensificação do contingente de mão-de-obra feminina transferida para as fábricas, onde as operárias começaram a sofrer uma super-exploração advinda das diferenças salariais e da precarização das condições de trabalho, além de executarem trabalhos mais repetitivos e monótonos, totalmente desprovidos de conteúdo.

Já no século XX, com as profundas metamorfoses do mundo do trabalho, dentre as quais se inclui a flexibilidade como um dos fatores-chave, o trabalho profissional da mulher se concentrou no setor de prestação de serviços, havendo uma demarcação de funções, correspondendo a uma desvalorização de tarefas.

Durante séculos, nesse contexto de apropriação do saber do trabalhador, às mulheres foram destinadas as tarefas que culturalmente a sociedade identificava com o trabalho feminino ou “mais apropriadas à sua natureza”, ou seja, aquelas que requeriam atributos como delicadeza e paciência, incluindo-se um elevado grau de repetitividade em seus conteúdos. Na maioria das vezes, pela discriminação do trabalho da mulher, somente associado às atividades domésticas, coube às trabalhadoras funções e atividades menos qualificadas. Com o surgimento do novo paradigma de produção flexível, a cooperação entre as equipes de trabalho torna-se um elemento-chave. Mas as mulheres permaneceram com as tarefas mais repetitivas e desqualificadas, diferenciando-se das tarefas destinadas aos homens, consideradas como “nobres” e relacionadas com as novas tecnologias microeletrônicas. (HIRATA, 2002a; SOUZA, 2000).

O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e as transformações na própria organização econômica no Brasil e no mundo desencadearam um processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção se disseminam em todo o Brasil, caracterizando-se por diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que configuram, em seu conjunto, a chamada “economia solidária” (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003).

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

Observa-se, então, o reaparecimento de formas coletivistas e solidárias de produção, em resgate à economia solidária, praticada por operários desde os primórdios do capitalismo industrial, como alternativa à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas, no começo do século XIX (SINGER, 2002).

Nesse sentido, a pesquisa de que trata o presente artigo, concentrou seus esforços nas implicações da reestruturação produtiva sobre o trabalho da mulher, focando a sua atuação na economia solidária, que (res)urge como uma possibilidade de geração de trabalho e renda para um contingente expressivo de desempregados e excluídos sociais, dentre os quais, incluem-se as mulheres. Foram investigadas características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura e as relações de gênero expressas no trabalho nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça que possuem entidades filiadas à Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina (FAMASC).

## **2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

As mulheres, conforme Rebelo (1997), por muito tempo ficaram enclausuradas no interior de seus lares, cabendo a elas somente a guarda dos filhos e as tarefas rotineiras. Suas atividades eram limitadas ao espaço “privado”; já os homens, ao contrário, desenvolviam suas atividades no espaço “público”, fora do lar. Essa distinção entre os tipos de participação dos sexos caracterizada na separação das esferas reprodutivas - onde é inserido o trabalho doméstico - e produtivas – trabalho assalariado -, se constitui na divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho, segundo Holzmänn (2002) é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos. Ainda para a mesma autora, qualquer sociedade possui definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo.

Esta divisão sexual está inscrita na divisão das atividades produtivas que são associadas à idéia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação (BOURDIEU, 2003).

Na moderna concepção de sociedade, conforme Arendt (2003) a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. Surge, então, uma esfera separada da do trabalho, que de certa forma, é considerada como seu avesso, ou seja, a esfera privada doméstica, da família e da intimidade.

Durkheim (1977), em sua época, defendia a idéia que as duas grandes funções da vida psíquica se dissociaram, um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais. Isso ainda pode ser visto na atual sociedade na qual as mulheres destinam-se a trabalhos considerados próprios para a natureza feminina, como o cuidado com as crianças. À mulher é dado o dom da intuição, do afeto. Ao homem, o dom da razão. Nesse sentido, Rabelo (1997) destaca que a divisão sexual do trabalho nomeou prioritariamente o sexo feminino para a reprodução e o masculino para a produção.

As análises de gênero aparecem no feminismo dos anos 1980, de acordo com Gebara (2000) como um meio de avaliar a diferença entre os sexos e de denunciar o uso de certos poderes a partir da afirmação da diferença. O gênero é considerado um importante instrumento que mostra a inadequação das diferentes teorias explicativas da desigualdade entre homens e mulheres por meio da natureza biológica. Concretamente, trata-se de mostrar que poderes atuam na divisão social do trabalho e na organização dos diferentes aspectos da vida em sociedade, afetos à relação entre homens e mulheres. A categoria de análise “gênero” desvela as relações entre feminino e masculino como construções sociais capazes de produzir um certo tipo de opressão e de exclusão das mulheres de uma cidadania integral.

Para Gebara (2000), a categoria gênero inclui-se especialmente em duas dimensões interligadas. A primeira afirma que a realidade biológica do ser humano não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino na sociedade. Por esse motivo, segundo Gebara (2000) o conceito gênero é introduzido para afirmar algo mais amplo que o sexo, em que o gênero é um produto social aprendido, representado, institucionalizado e transmitido de geração a geração. Num sentido preciso, tornar-se homem ou mulher depende de certas construções culturais e sociais. As diferenças entre homens e mulheres são entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura.

Já o segundo aspecto, para a autora, está ligado à noção de poder. Constatando que o poder é distribuído de modo desigual entre os sexos: as mulheres ocupam em geral posições subalternas na organização mais ampla da vida social. Estes dois aspectos, segundo a autora, revelam que a noção de gênero inclui os homens e as mulheres em suas relações domésticas e sociais mais amplas.

Carola (2002) entende que o conceito gênero refere-se às características que se atribuem ao feminino e ao masculino que são definições históricas e socialmente construídas nas e pelas sociedades nas quais as diferenças no modo de ser, pensar e fazer entre mulheres (emoção) e homens (razão) não são naturais e sim culturais, ou seja, a mulher não nasce mulher, ela se torna mulher, assim como o homem não nasce homem, mas se torna homem. Cada sociedade define o que é ser homem e o que é ser mulher, ou seja, é a sociedade que define as qualidades do masculino e do feminino. Por isso, o que predomina no conceito de gênero são os aspectos culturais e não os biológicos.

Segundo Rosaldo (1979), o que talvez seja mais notável e surpreendente é o fato de que as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais dêem poder e valor aos papéis e atividades dos homens. Há uma identificação das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a pública.

O gênero aqui é referência a uma categoria de análise histórica que vem sendo utilizada com o objetivo de dar significado às relações de poder. Isso porque, segundo Silva (2003), o estudo das relações de gênero parte do pressuposto de que as relações sociais entre homens e mulheres são produtos de construções culturais.

Focando o trabalho como categoria básica de análise, Holzmann (2002), defende que o conceito de gênero trouxe uma importante contribuição aos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, sendo entendida como um processo histórico, de construção hierárquica e interdependente de relações sociais de sexo. Para Holzmann (2002), estas implicam antagonismos ou conflitos ligados à dominação e à opressão e atravessam o conjunto da sociedade, se articulando com as demais relações sociais.

## 2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O TRABALHO DA MULHER

Com o advento de novas tecnologias, visando a eliminação de trabalhos pesados e sujos, a expectativa de uma igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho foi desmentida ao longo das décadas, Abreu (1994) cita que diante da reconstrução continuada das diferenças que mantinham o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres.

Segundo Hirata (1993), os novos paradigmas organizacionais deveriam significar o fim da divisão taylorista do trabalho, fundamentada no *one best way*, na prescrição de tarefas e num determinado tipo de relacionamento autoritário na empresa, onde ao trabalhador é requerido conhecimento e domínio do processo global de produção, não havendo separação entre planejar e executar.

No entanto, Abreu (1994) reflete que este novo paradigma tem explícita ou implicitamente, o trabalhador homem qualificado como referencial universal. Para a mão-de-obra feminina, os pressupostos da especialização flexível são raramente aplicados. Para Hirata (1993) mudanças e inovações tecnológicas não têm as mesmas conseqüências para homens e mulheres. As transformações no mundo do trabalho atingem de forma diferenciada as mulheres e os homens, considerando a raça, a idade e a classe, e recolocam em novos patamares a divisão sexual do trabalho, defende Roy (1999).

Recentes estudos revelam que os avanços tecnológicos introduzidos nos processos de trabalho e as conseqüentes reestruturações industriais deles derivadas, não oportunizam melhorias às mulheres, visto que, ordinariamente, elas são excluídas de tais novas reorganizações, mantendo-se em trabalhos de pequena criatividade e escassa autonomia, sustentados pelos princípios do modelo taylorista/fordista (FONSECA, 2000; SOUZA, 2000; HIRATA, 1993).

A constatação é que a tendência do trabalho feminino é a de uma bipolarização de funções, ou seja, conforme Cardoso (2002) um pólo formado por profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas, e outro formado por trabalhadoras não-qualificadas, em empregos mal remunerados e sem valorização social.

Autoras como Abramo e Abreu (1998), enfatizam que existem vários indícios de taylorização do trabalho feminino, isto é, do seu confinamento aos postos onde o trabalho continua sendo simples, repetitivo e destituído de conteúdo. Este é um outro lado dos processos de exclusão das mulheres das formas mais qualificadas e enriquecidas de trabalho surgidas a partir da incorporação de inovações tecnológicas.

O novo modelo de flexibilização para as mulheres, de acordo com Abreu (1994), passa pela utilização intensiva de formas de emprego atípicas, como contratos de trabalho de curta duração ou empregos em tempo parcial. Além disso, há uma justaposição do taylorismo às novas tecnologias flexíveis, onde as tarefas são ainda mais desqualificadas, não existindo um acesso ao saber novo.

Para Rabelo (1997), se a organização for observada na perspectiva das relações de gênero, o que se vê é uma realidade marcada pela heterogeneidade, hierarquização e desigualdades, frutos não só das relações capitalistas de produção, mas dos papéis construídos socialmente para o gênero masculino e feminino.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Os princípios básicos do modelo de produção capitalista são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A economia solidária é outro modo de produção, e seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para Singer (2002b), o resultado natural é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária não deve ser vista como uma panacéia. De acordo com Singer (2000a), ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do capitalismo: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação, mas não eliminação destes mecanismos pela estruturação de relações solidárias entre produtores e entre consumidores. O projeto cooperativo já é antigo, ele foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial. Para o autor, a economia solidária desperta entusiasmo ao resgatar a dignidade humana, o respeito próprio e a cidadania de homens e mulheres.

Essa forma de luta contra o desemprego tem a prática da solidariedade em lugar da competição. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Na empresa capitalista, os empregados competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Nas cooperativas ocorre o

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

contrário. Assim, defende Singer (2000), a confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade, não há possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros.

O princípio mais importante orientador das regras deste movimento é o da colaboração solidária. Colaborar tem origem no latim *collaborare*, que significa trabalhar juntos. A palavra solidariedade também se origina do latim *solidu*, significando forte, mas assumindo o sentido de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, a partir de uma postura ética e moral. A colaboração solidária, portanto, refere-se a vínculos recíprocos entre pessoas as quais visam o trabalho e o consumo compartilhados, com um sentido de co-responsabilidade, onde o bem-estar coletivo prevalece sobre o bem-estar individual. (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2002).

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, consumir ou poupar. Para Singer (2002b), a chave dessa proposta está na associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. "Ninguém manda em ninguém". E não há competição entre os sócios, todos ganham igualmente.

Em Singer (2003) encontra-se o desenvolvimento desta idéia de que, quando surge uma empresa solidária, a sua estruturação deve seguir uma lógica completamente diferente da lógica capitalista. Na sua origem há, em geral, uma comunidade formada por ex-empregados de uma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, etc. Uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, surge como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Ela é uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica, exigindo de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, a sua constituição e o seu desenvolvimento requerem, em geral, patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais.

Conforme Souza (2003), as organizações presentes na economia solidária apresentam-se em expansão e desenvolvimento. Estas iniciativas parecem ser



transformadoras de mentalidades. Os relatos indicam que nos empreendimentos solidários ocorrem outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos dos cidadãos. Assim, de acordo com os seus pressupostos, a economia solidária pretende superar conceitos socialmente construídos de relações de gênero, demonstrando, na prática, uma maior igualdade entre homens e mulheres. Mais ainda, em uma perspectiva educacional, essas iniciativas oferecem indícios de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo caracterizou-se por utilizar procedimentos exploratórios e descritivos e por ser uma pesquisa aplicada Roesch (1999), objetivando contribuir para a formação de políticas, programas e ações de apoio à capacitação profissional e à construção da cidadania das mulheres maricultoras organizadas em Associações e cooperativas de produção e beneficiamento de mariscos. Procurou-se seguir uma orientação crítica de análise, ou seja, conforme Thiollent (1983), correspondendo a um interesse na mudança, na transformação da realidade existente.

A pesquisa foi realizada através do método denominado multicase Triviños (1987) ou casos múltiplos Godoy (1995) e sua abordagem foi predominantemente qualitativa, mesmo que em determinados momentos contou com o aporte de dados quantitativos.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não houve a utilização de um procedimento estatístico para a seleção da amostra que pode ser considerada uma amostra por conveniência (MATTAR, 2001), pois valeu-se da acessibilidade da pesquisadora às maricultoras para responderem à entrevista.

Como a Federação das Associações dos Maricultores de Santa Catarina (FAMASC) possui entidades filiadas nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça foi escolhida uma Associação por município.

No total foram entrevistadas 23 mulheres, cinco participantes de cada uma das seguintes Associações: a) AAGOCER – Associação de Aqüicultores de Governador Celso Ramos (30 famílias associadas); b) AMARIS – Associação de

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça (30 famílias associadas); c) AMASI – Associação de Maricultores do Sul da Ilha (164 homens e 10 mulheres associadas); d) AMAP – Associação de Maricultores da Penha (107 homens e 8 mulheres associadas). Na AMARIPE - Associação de Maricultores do Iperoba, no município de São Francisco do Sul foram entrevistadas três mulheres. Esta Associação possui 7 homens e 5 mulheres associadas.

As informações para a elaboração deste trabalho foram obtidas através de fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram baseados em observação pessoal, diário de campo e aplicação de entrevista pessoal semi-estruturada. Os dados referentes à caracterização das mulheres envolvidas com a maricultura, por serem quantitativos, foram analisados por meio do processador de dados Excel. No que diz respeito aos dados qualitativos utilizou-se a análise de conteúdo.

#### **4 RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados da pesquisa foram sistematizados em três categorias:

##### **4.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DAS MULHERES ENVOLVIDAS COM A MARICULTURA**

De acordo com a amostra analisada, as mulheres que trabalham no cultivo dos moluscos possuem idades que variam de 20 a mais de 60 anos. A maioria delas encontra-se na faixa etária de 41 e 50 anos. No município de Governador Celso Ramos, mulheres mais velhas foram encontradas, algumas com mais de 60 anos. Essas mulheres, em sua grande maioria, são casadas com pescadores e ingressaram na maricultura como alternativa de renda à atividade pesqueira, pois, atualmente, a pesca artesanal não é mais garantia para o sustento da família.

Quanto ao número de filhos constatou-se que as moradoras do município de Governador Celso Ramos são as que os possuem em maior número, entre cinco e seis filhos. Nos demais municípios, a grande maioria das mulheres possui entre um ou dois filhos.

Quanto à escolaridade, em sua grande maioria, 65,2% (15 entrevistadas), possuem apenas o ensino fundamental. O município de Governador Celso Ramos possui o nível de escolaridade mais baixo. Dentre as entrevistadas, somente duas,

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

ou seja, 8,7% possuem algum curso de formação. Em São Francisco do Sul, há uma maricultora que concluiu o curso técnico de contabilidade e em Florianópolis, encontrou-se uma com graduação superior em Farmácia. A que possui curso técnico assumiu a maricultura como atividade profissional por não possuir patrão e por poder ajudar o marido nessa atividade. A graduada em Farmácia desenvolve atividades na maricultura em função da qualidade de vida e pelo amor ao trabalho no mar.

Nos cinco municípios em que a FAMASC conta com Associações filiadas, a grande maioria das mulheres entrevistadas – 60,9% (14) - não têm experiência profissional. Somente 39,1% (9 entrevistadas) possuem algum tipo de experiência fora dos afazeres domésticos. As experiências profissionais, para 17,4% (4) das mulheres que trabalham ou trabalharam fora de casa, são relacionadas com a atividade pesqueira. Constata-se que no município de Governador Celso Ramos, tradicional por sua atividade pesqueira, as mulheres, de alguma maneira, encontravam-se em contato com a pesca antes de se envolverem com a maricultura.

Quando se questionou sobre a atividade profissional, somente 30,4% (7) das mulheres afirmaram ser maricultoras, provavelmente pela dificuldade da mulher pescadora/aqüicultora em reconhecer o seu trabalho diário como atividade produtiva, profissional, tema este debatido recentemente pelo Ministro da Pesca, José Fritsch, no I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura, em dezembro de 2004. Além disso, o fato de não possuírem um vínculo contratual, formal de trabalho também dificulta o reconhecimento de sua profissão. A atividade profissional mais respondida foi a de “dona de casa”, com 52,2% (12) das mulheres entrevistadas nos cinco municípios.

Segundo Bruschini (1985), para as mulheres que se dizem ‘apenas donas de casa’ e que são classificadas pelas estatísticas como inativas, o cotidiano nem por isso se torna mais suave, pois as pesquisas indicam que as esposas gastam mais horas nos afazeres domésticos do que a jornada regular de trabalho, mesmo que elas disponham de auxílio, seja ele remunerado ou proveniente de rede de parentesco e vizinhança.

Apenas oito mulheres (34,8%) das entrevistadas, possuem outro trabalho além da maricultura. Estes, considerados socialmente “tipicamente femininos” (trabalhos manuais como criveira, artesã, confecção de tarrafa, diarista, revendedora de cosméticos). A exceção fica por conta da entrevistada que possui

uma microempresa. Uma das entrevistadas trabalha esporadicamente em uma peixaria, em atividades de limpeza de peixes e camarões, atividades manuais que exigem a destreza e habilidade das mãos femininas.

Por não possuírem outra forma de renda, a maioria das mulheres entrevistadas, 69,6% (16), não possui renda mensal individual. Somente 30,4% (7) das mulheres envolvidas com a maricultura nos cinco municípios possuem renda mensal individual. A maior concentração de renda se apresenta no município de Florianópolis, onde há uma microempresária envolvida com renda de R\$ 700,00, e duas mulheres que gerenciam sozinhas seus cultivos, com rendas de R\$ 600,00 e R\$ 800,00. Nos demais municípios, a renda não ultrapassa os R\$ 400,00.

A renda mensal familiar não pode ser considerada fixa, pois a atividade da maricultura, assim como a pesca, oscila muito principalmente em função da demanda e das condições favoráveis da extração do molusco. No verão, em função do grande fluxo turístico, aumenta a procura e, portanto, a renda familiar. Esta renda também é muito diferenciada de acordo com o município. Nos lugares em que há o cultivo de ostras, a renda se mostra maior, como nos casos de Florianópolis e Penha.

#### 4.2 RELAÇÕES DE GÊNERO EXPRESSAS NO TRABALHO

A partir da análise do trabalho cotidiano das mulheres maricultoras, procurou-se interpretar como são expressas as relações de gênero, construídas a partir da divisão sexual do trabalho.

A maioria das entrevistadas afirmou que as atividades relacionadas ao cuidado com a casa e com os filhos são assumidas por elas, incluindo as compras em geral, os serviços bancários, os pagamentos de contas e levar as crianças à escola e participação nas reuniões na escola de seus filhos. A dupla jornada de trabalho fica evidenciada, pois, além do trabalho no campo de cultivo, a elas destina-se, também, o trabalho doméstico.

*“Toda a vida eu fui o homem e a mulher da casa, o meu marido quase não se envolve. Eu sou o homem e a mulher da casa”* (Entrevistada 03 - Penha).

Apenas três entrevistadas contam com o apoio de uma diarista uma vez por semana e somente duas entrevistadas confirmaram poder contar com a ajuda do marido nas tarefas rotineiras do lar. Desse modo, corrobora-se com a pesquisa de Hirata (2002a), que enfatiza que mesmo havendo uma repartição do trabalho

doméstico, esta tem um caráter restrito, não atingindo o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas exclusivamente às mulheres.

Assim como em muitas outras atividades, a divisão sexual do trabalho é uma questão proeminente na maricultura. Ao serem questionadas se existe distinção entre homens e mulheres na execução do trabalho a primeira resposta foi negativa. No entanto, ao detalharem as atividades exercidas no cultivo, as entrevistadas enfatizavam que às relacionadas ao mar, como a coleta dos moluscos no campo de cultivo e a atividade de debulhar as pencas de mariscos, caracterizavam-se como atividades tipicamente masculinas. As mulheres raramente colaboram com estas atividades e justificam-se pelo fato de serem algumas tarefas “*serviços mais pesados que a gente não faz. Mas quando a gente pode ajudar a gente ajuda. Se precisar, os homens também descascam*” (Entrevistada 02 - São Francisco do Sul).

Depreende-se, então, que a mulher tem que ajudar no cultivo dos moluscos mesmo que o trabalho seja pesado (muscular) e que os homens só descascam o marisco “quando precisar”. Uma das entrevistadas de Florianópolis não hesitou em responder que os homens ainda vêem a mulher como sendo diferente no trabalho, achando que a maricultura não é atividade para mulher de acordo com uma valoração social, historicamente construída, sobre o que é e o que não é trabalho de mulher.

As colocações de Bruschini (1985) são pertinentes neste caso, pois considera a autora que em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, definida, prioritariamente, conforme suas funções biológicas, condicionando-a a ocupar posições subalternas na hierarquia produtiva.

A opinião das entrevistadas também vai ao encontro da reflexão de Hirata (2002b) para quem, enquanto a atribuição social das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair sobre as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não estarão ameaçadas nos seus fundamentos.

As mulheres, de alguma maneira, ajudam no cultivo tanto no mar como em terra. Entretanto, somente no município de Governador Celso Ramos as entrevistadas responderam que realizam todas as atividades relacionadas ao cultivo dos moluscos.

Quanto á remuneração, somente 8,7% (2 entrevistadas) são remuneradas individualmente pelo trabalho realizado. Estas cuidam sozinhas do cultivo no Ribeirão da Ilha, Florianópolis. A grande maioria 91,3% (21) não recebe pelo trabalho. O dinheiro ganho com o cultivo dos moluscos é agregado à renda familiar.

O destino da renda proveniente do cultivo vai todo para os gastos da casa e para a manutenção do próprio cultivo. Somente uma entrevistada de Florianópolis afirmou que o dinheiro fica para os seus gastos pessoais, pois o marido recebe um bom salário.

A grande maioria das entrevistadas não apresenta participação em algum tipo de movimento social, grupo ou Associação – 60,9% (14). Somente 39,1% (9) participam, sendo que maioria dessas participa de grupos formados pela Igreja. Conforme Dürkeim (1977) caracterizando que em diversos momentos a mulher se retirou dos assuntos públicos e a sua vida se concentrou por completo no interior da família.

Outro aspecto que revela as relações de gênero é a participação da mulher nas decisões do negócio. Nesse sentido, mesmo verificando que o tempo nas Associações é bastante elevado, a participação das mulheres em reuniões e assembléias ainda é muito restrita. Somente 21,7% (5) das entrevistadas afirmaram participar de todas as reuniões e 34,8% (8) participam de algumas reuniões. As demais, 43,5% (10) simplesmente não participam.

As falas das entrevistadas elucidam melhor a questão:

*“Quem vai é o meu marido. Ele que me diz o que acontece lá”* (Entrevistada 03 - Palhoça). *“Eu nunca participei. Até essa última que teve agora eu quis ir, mas aí meu marido falou: ‘não, não, deixa que eu vou’. Então daí ele foi e eu não participei”* (Entrevistada 03- Penha). *“Quando acontece as reuniões só vai homem. Se a gente for e falar alguma coisa... nas assembléias nunca vão todos os associados, só vai meia-dúzia e dessa, se for uma mulher, Deus me livre!”* (Entrevistada 05- Penha).

Uma das entrevistadas de Governador Celso Ramos, afirmou que até participa, mas concluiu: *“quando mulher pode ir, eu vou, mas quando é uma reuniãozinha só para homem, é o meu marido que vai”* (Entrevistada 02)

Depoimentos como esses corroboram o fato de que as atividades das mulheres limitam-se ao espaço privado, cabendo a elas a guarda dos filhos e as

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

tarefas rotineiras. Já os homens, ao contrário, desenvolvem suas atividades no espaço público, fora do lar.

Nas Associações constata-se a dominação masculina exercida sobre as mulheres. Este domínio, naturalizado nas falas das entrevistadas, reforça o pensamento de Bourdieu (2003) quando afirma que os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como 'naturais'. É assim que acontece com as maricultoras entrevistadas.

Quanto à participação em reuniões e assembléias, uma das entrevistadas do município de Governador Celso Ramos, levanta outra questão: além das relações de gênero, há as relações de poder, independente de serem homens ou mulheres. A entrevistada disse que quando ela é convidada ou quando os outros membros da Associação a avisam da reunião, ela participa. *“Às vezes a presidente liga pra um membro da Associação só, aí esse liga para os outros e esquece da gente. Tem várias pessoas aqui que não participam das reuniões”*.

A realidade vivenciada no trabalho das maricultoras contradiz os princípios da economia solidária, que é descrita como um terreno privilegiado para o exercício de novas práticas e para proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres. O sentimento de exclusão pode ser claramente percebido nas falas das entrevistadas.

Mesmo quando a associada representa um membro da diretoria da Associação de maricultores de sua localidade, a discriminação por ser mulher ainda se faz presente. No município de Penha, os acontecimentos se repetem. Quando uma mulher decide participar ativamente das assembléias, sofre discriminação.

Uma das entrevistadas de Florianópolis define claramente essa relação de poder, ao afirmar que as próprias mulheres ainda consideram a maricultura como um trabalho tipicamente masculino. Quando trabalham nesta atividade, estão sempre 'por trás' do marido que comanda o trabalho.

Analisando as organizações que compõem a economia solidária, Souza (2003) as caracteriza como transformadoras de mentalidades, pois, nos empreendimentos solidários ocorrem outros ganhos, distintos do ganho econômico em si, tais como a auto-estima, a identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, o companheirismo. No entanto, o que se verifica no trabalho das

mulheres maricultoras, particularmente no município de Governador Celso Ramos, é exatamente o inverso.

#### 4.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DA MULHER MARICULTORA

Na maricultura, o trabalho geralmente é desenvolvido em conjunto, salvo alguns casos em que há mulheres que cuidam de seus cultivos sozinhas. As entrevistadas disseram preferir que o trabalho realizado em equipe, por ser mais animado e melhor de se trabalhar. Constata-se aqui uma confirmação de um dos princípios da economia solidária, onde o trabalho nos empreendimentos é realizado coletivamente. (SINGER, 2000).

Quanto à possibilidade de expressão da criatividade no trabalho, poucas mulheres entrevistadas disseram haver espaços para essas manifestações. Indicativa também de autonomia e controle sobre o trabalho. Observa-se que no trabalho das mulheres maricultoras, as tarefas repetitivas predominam nas quais não há espaço para a concepção, o planejamento e a criatividade.

Nesse aspecto, novamente constata-se a divisão sexual do trabalho, pois, como enfatiza uma das entrevistadas de São Francisco do Sul, *“quem é criativo no trabalho é o meu marido, é ele quem participa, quem dá idéias”*, no que é complementada por outra entrevistada do mesmo município, ao colocar que *“as idéias vindas de mulheres são muito difíceis de serem aceitas pelos homens”*.

Sobre a expressão da criatividade, uma maricultora do município de Penha destacou a possibilidade de ser criativa no trabalho no que se refere à gastronomia e ao artesanato, que são atividades complementares por elas realizadas. Mas, segundo ela, no campo de cultivo *“quem dá idéias novas são os homens”*.

Relatos como estes explicitam a submissão das mulheres em relação aos demais associados e a separação do trabalho mental do trabalho manual, intimamente associado com as relações de gênero: concepção/planejamento/criatividade com os homens e a execução com as mulheres. Observa-se, então, que o trabalho no cultivo dos moluscos, tanto de ostras como de mexilhões, ainda apresenta a divisão das tarefas, herança do padrão de produção taylorista/fordista.

As próprias mulheres acham comum que novas idéias para o cultivo venham de seus maridos ou filhos. Situações como essas, evidenciam o fato de que o mundo do trabalho foi socialmente construído como masculino. O espaço da



AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

mulher para ser criativa restringe-se às atividades consideradas tipicamente femininas, como da gastronomia e do artesanato.

As condições em que essas mulheres trabalham agradam a grande maioria por estarem em contato direto com a natureza e por não ter patrão. No entanto, quando se fala em remuneração, desgaste físico, local adequado, todas possuem a mesma opinião, ou seja, faltam condições gerais, como água e luz para a realização do trabalho. Na maioria das vezes há a necessidade de levar trabalho para casa, pois o local onde trabalham não tem estrutura física adequada. As piores condições de trabalho referem-se à retirada das sementes dos mariscos. No município de Governador Celso Ramos, as maricultoras ainda vão para os costões em busca de sementes, atividade essencialmente periculosa, pois há o risco de ferimentos, de escorregar nas pedras. A periculosidade da atividade se agrava ainda mais com condições climáticas adversas.

Teoricamente, nas Associações que visam desenvolver a economia solidária, as decisões são compartilhadas por todos os membros. Entretanto, quando questionadas sobre quem dirige e quem toma as decisões mais importantes da Associação, todas as entrevistadas responderam que é o (a) presidente da Associação. No entanto, já se percebe alguma forma de conscientização, quando há entrevistadas que, mesmo reconhecendo que o presidente é o responsável pela Associação, acreditam que para que uma decisão seja tomada tem que haver o consenso dos membros da Associação e que as decisões devem ser sempre em conjunto.

*“A comunidade também deveria participar, só que a comunidade não participa. Pode até ser que a presidente passe alguma coisa para os outros, mas eu não fico sabendo de nada”* (Entrevistada 04 - Governador Celso Ramos).

*“Quem toma decisão é sempre a presidente. Aí reúne os homens”* (Entrevistada 02 - Governador Celso Ramos).

Mesmo nas Associações, que pregam igualdade e solidariedade, as mulheres são excluídas de atividades políticas decisivas, o que se justificaria, segundo ROSALDO (1979), pois, seus papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens. Assim, de alguma forma, há o domínio masculino.

Apesar de se sentirem esquecidas e discriminadas pelas Associações, a maioria das mulheres envolvidas com a maricultura se sente realizada com o trabalho exercido. Especificamente, na localidade da Enseada do Brito, no

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

município da Palhoça, verifica-se que a autonomia dos trabalhadores proporcionada pela economia solidária ainda precisa ser trabalhada, pois a Associação já determina tudo o que deve ser feito e como deve ser feito.

As mulheres se sentem realizadas principalmente pela proximidade com o lar. Segundo Bruschini (1994), a atividade informal, sem jornadas regulares de trabalho, costuma facilitar o arranjo necessário entre família e trabalho, embora não dê acesso a garantias trabalhistas.

A realização das mulheres entrevistadas envolvidas com a maricultura se contradiz às condições adversas e precárias de trabalho a que se submetem, conforme destacado anteriormente, tais como: ausência de um local adequado para o manejo dos moluscos, falta de água e luz nos ranchos, desgaste físico e muscular com o peso das lanternas, precariedade no beneficiamento dos moluscos. Constata-se que essas mulheres consideram e relevam outros valores além da remuneração. A vivência familiar, a proximidade com o lar e com a natureza faz com que o sentimento de realização seja comum entre elas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como decorrência do processo de reestruturação produtiva e diante do crescente desemprego, quer pela introdução de novas tecnologias, quer pelas inovações organizacionais e gerenciais, ou outras conseqüências da competitividade global, a maricultura apresenta-se como uma importante fonte de geração de emprego e renda dos excluídos do sistema produtivo tradicional, particularmente dos pescadores artesanais.

Esta pesquisa propôs-se investigar as características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina e a expressão das relações de gênero no trabalho, nos municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça. O número de entrevistas aplicadas, as observações *in loco* e a participação de uma das pesquisadoras nos cursos de artesanato promovidos pela Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina nestes municípios, possibilitaram a compreensão da realidade vivenciada por essas mulheres.

Esta pesquisa está inserida em um campo de estudo denominado “economia solidária”, um movimento atual que tem crescido no mundo todo e tem

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

suas raízes no chamado socialismo utópico. Entretanto, encontram-se forças e ações contraditórias atuando dialeticamente nesse espaço, proporcionando uma expansão diferenciada da Economia Solidária.

Por um lado oferecendo reais possibilidades de inserção social e geração de renda a milhares de trabalhadores excluídos do circuito formal da economia e, por outro, contraditoriamente, favorecendo o capitalismo através de práticas e ações de sustentação do *status quo*, incluindo-se o sub-emprego, a precarização do trabalho e ainda carecendo de práticas organizativas mais concretas.

Quando se pensa em fazer uma pesquisa em uma atividade da economia solidária, logo vem em mente as colocações de autores como Singer (2000), que considera que o elemento central da economia solidária é a solidariedade e que é em torno desta solidariedade que se constrói o projeto de uma nova sociedade.

Nesta pesquisa, contactou-se que, assim como ocorre na maioria das organizações inseridas no sistema capitalista, a mulher é submetida às relações de gênero que incluem a sua discriminação no trabalho, nas atividades consideradas como mais importantes. Mas, quando o assunto é o cuidado com o lar, as responsabilidades ainda permanecem mais com as mulheres, variando em função do grau de educação e da cultura local vigente. Pouquíssimas entrevistadas responderam que recebem ajuda do marido, confirmando Hirata (2002a), quando diz que a repartição do trabalho doméstico tem um caráter restrito, não atingindo o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas exclusivamente às mulheres.

Às mulheres maricultoras são destinadas, também, as atividades que requerem maior paciência, destreza e habilidade, como as de descascar e separar os moluscos. Aos homens são atribuídas as atividades mais pesadas, que exigem maior força muscular, como a ida ao cultivo no mar. As poucas mulheres que vão ao cultivo buscar os moluscos sentem discriminação, no olhar ou nas falas dos maricultores da comunidade, que entendem que a maricultura “não é trabalho para mulher”.

Constata-se que certas entrevistadas têm consciência de que estão alijadas de procedimentos do trabalho que envolve a criatividade e a participação. As demais, no entanto, incorporaram as características da divisão sexual do trabalho como se isto fosse “natural”.

O comportamento nas Associações de maricultores, ainda reflete o modelo patriarcal de estrutura familiar, no qual o homem – chefe da casa – possui

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

autoridade quase absoluta, restando às mulheres, um papel mais restrito e tradicional. Pouquíssimas mulheres participam das reuniões e assembléias das Associações. As decisões mais importantes ainda são tomadas pelos homens. A participação política delas nas decisões estratégicas é praticamente nula.

Fatos como estes concretizam a reprodução da dominação masculina mesmo em empreendimentos considerados inseridos em uma “outra economia”, cujos princípios norteadores são a igualdade e a solidariedade. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que esta reprodução esteve (e ainda está) garantida por três instâncias principais: a família, a Igreja e a Escola, e que a ideologia de gênero procede através da naturalização das diferenças que foram socialmente construídas e culturalmente reproduzidas.

Existem realmente economias solidárias e outras “economias solidárias”. Tanto podem representar uma alternativa à produção capitalista, mas permanecendo em um sistema centrado no mercado, mais como alternativas ao desemprego e ao subemprego, quanto podem também significar experiências de fato alternativas ao capitalismo, ensaiando novos valores e novas formas de sociabilidade entre as pessoas, que vão além do mundo do trabalho e atingem todas as esferas de relações sociais.

Às Associações de Maricultores resta um reflexão fundamental sobre o tipo de economia solidária que estão realmente praticando. Os presidentes destas Associações precisam conscientizar-se do poder que as associações exercem no fortalecimento das comunidades locais. Ao estarem inseridas na “outra economia” têm como objetivo primordial promover a diversidade de culturas humanas e modos de vida e, a partir dessa diversidade, construir projetos em comum de forma democrática e coletivista.

## **RELATIONS BETWEEN GENUS AND JOINT ECONOMY: A STUDY OF AQUA CULTURE IN SANTA CATARINA**

### **ABSTRACT**

This article accomplishes the results of an experimental and exploratory – descriptive research which aim was to investigate the socio - economic characteristics of women, involved in aqua culture, participating in the Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina - Federation of the Associations of Aquacultors of Santa Catarina - and the expression of the relations of Genus at work. The research was concentrated on the involvement of the act of productive restructuring on women’s job, focusing on the budgets of Joint

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007

ISSN 1980-7031

Economy. The field research was carried out in the municipal districts of Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos and Palhoça. This is a socially relevant study, as it is the pioneer in the study of the relations of genus in an area with a significant growth in Santa Catarina – aqua culture – and because of its effort to contribute with the reflexive process of women involved in aqua culture with what it says regarding their work and life conditions

Key-words: Solidary Economy. Mariculture. Gender.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana: uma introdução. In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Especialização flexível e gênero. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, jan./mar. 1994, p. 52-57.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO. **A comercialização na economia solidária**. São Paulo: CUT/SEBRAE, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho**: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

\_\_\_\_\_. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth. MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tese. [Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas] – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, UFSC, 2002.

CAROLA. Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis, UFSC, 2002.

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007  
ISSN 1980-7031

DÜRKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr., 1995a, p. 57-63.

HIRATA, Helena. **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas organizacionais e relações de trabalho. São Paulo: USP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002a.

\_\_\_\_\_. Reorganização das produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: 34, 2002b.

HOLZMANN, Lorena. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RABELO, Giani. **Trabalho arcaico no moderno mundo da moda**. Dissertação [Mestrado em Educação] – Curso de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, UFSC, 1997.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AMORIN, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, Sem I. 2007  
ISSN 1980-7031

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist. LAMPHERE, Louise. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas: Alínea, 1999.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”**: relações de gênero e subjetividades no devir MST-1979-2000. Tese [Doutorado em História] – Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, UFSC, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Antônia Egídia de. **Gênero no contexto da reestruturação produtiva**: algumas dimensões esquecidas. Dissertação [Mestrado em Administração] – Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, UFSC, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. **Os empreendimentos comunitários de São Paulo**. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

THIOLLENT, Michel. Problemas de metodologia. In: FLEURY, Afonso. VARGAS, Nilton. (Org.). **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar: sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.